

XII CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE DA AE

TEXTO-BASE

Conforme o item 18.2 do regimento da Conferência “A XII Conferência Nacional de Juventude da AE trabalhará a partir de textos-base que serão aprovados em **duas versões**, uma anterior à Plenária Nacional da AE, pela CNJAE, e outra posterior a esta, pela Direção Nacional da AE, em sua reunião dia 13/12/2019”.

Este texto é a primeira versão

A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA NO BRASIL | PENSAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL NEOLIBERAL

1. Desde a implementação do golpe que retirou do governo Dilma Rousseff, presidenta legitimamente eleita do país, devido à sua suposta “incompetência para lidar com a crise no Brasil”, crise esta que “bastava tirar o PT que melhorava”, o golpista Michel Temer já deixava bem nítido qual seria o discurso que nortearia esse próximo período no Brasil: “Não fale em crise, trabalhe”. Depois de um amplo período de desgaste do governo de Dilma, cuja retórica era toda baseada na “crise”, de repente, não era mais momento de falar sobre ela.
2. O que se pode notar, desde o golpe e mais ainda nessa nova etapa do governo de Bolsonaro, é a intensificação de um discurso neoliberal que vem se fortalecendo em todo o mundo no último período: uma mistura de reacionarismo, desmonte de direitos sociais e privatização da vida. Ampliar a aceitação social de valores meritocratas e baseados no individualismo também é uma questão fundamental para que seja implementada a violenta agenda de arrocho da classe trabalhadora proposta pela ultradireita que assumiu o governo brasileiro em 1º de janeiro de 2019.
3. As táticas para que essa plataforma funcione, inclusive a longo prazo, passam, necessariamente, por conquistar uma grande parcela da juventude para o discurso neoliberal. Esse discurso não necessariamente é um discurso “politizado”, afinal, como o presidente deixou explícito no discurso de posse do atual ministro da educação, *“Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é*

atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-las ao espaço no futuro".

4. O futuro apresentado para a juventude por Jair Bolsonaro e seus seguidores é tenebroso e começa pelo desmonte do ensino superior, pois, segundo o Presidente, o brasileiro tem “tara” pelo ensino superior e *"Então essa tara por diploma superior não pode existir. É bom? Sim, vamos ter nossos mestres, nossos doutores, sim. Mas se você no Ensino Médio colocar algo técnico, você melhora nossa economia"*. Nessa entrevista, Bolsonaro diz qual será sua tônica para a juventude trabalhadora no Brasil: ser técnico de geladeira ou de ar-condicionado, enquanto o espaço universitário volta a ser reservado somente a uns poucos “ilustres” da elite do país que tem permissão para pensar.

5. É cada vez mais explícito a quem serve esse projeto ultraneoliberal do governo de Bolsonaro: o número de desalentados chegou ao recorde de 4,9 milhões de brasileiros e o número de desempregados, que chegou a 14%, hoje alcança o patamar de 12,5%, redução que só foi possível porque a pesquisa realizada pela PNAD/IBGE considera trabalhadores por conta própria como “ocupados”, portanto não contavam como desempregados.

6. Nesse cenário de suposta crise, Luciano Hang, um dos maiores apoiadores da campanha e do governo de Bolsonaro e de suas medidas contra a classe trabalhadora, acaba de entrar na lista de bilionários da Revista Forbes, somando a quantia de US\$ 2,2 bilhões (R\$ 8,4 bilhões). Ele e mais 17 pessoas alcançaram o patamar de bilionários, enquanto a fome volta a assolar o país: um relatório da FAO/ONU aponta que, pelo terceiro ano consecutivo, o número de pessoas que passam fome aumentou, chegando ao expressivo número de 5,2 milhões de pessoas.

7. Numa sociedade machista, racista, LGBTfóbica e etarista, não surpreende a constatação de quem sofre com todo esse cenário: se no índice geral de desempregos, estamos em 12,5%, entre os jovens com idades entre 18-24 anos esse patamar chega a 26,6% do total. Ou seja, esse grupo, que reúne 4,1 milhões de desempregados, representa quase um terço dos desempregados no país. E aqueles que possuem entre 25 e 39 anos, a perspectiva é ainda pior: 4,5 milhões, o que representa 34,6% do total de desempregados no país. A taxa de desemprego entre mulheres também sobre entre as

mulheres (14,2%) em comparação à média nacional (12,8%), enquanto entre homens esse índice é menor (11%). Quando o quesito analisado é cor, o cenário é pior: fazendo uma comparação entre 2012, quando os níveis de desemprego eram menores, e 2019, os brancos tiveram uma redução percentual em suas taxas de desemprego, enquanto entre pretos e pardos esse número sobe consideravelmente.

8. Para tornar toda essa desigualdade e miséria aceitável àqueles que mais estão sofrendo em meio a esse cenário caótico, utiliza-se como fórmula a tríade que elegeu Bolsonaro: conservadorismo, individualismo e meritocracia. E, sobretudo esses dois últimos, tem funcionado bastante para uma parte considerável da juventude: uma pesquisa realizada pela USP/IBOPE revelou que 71% dos jovens pesquisados tem pretensão de ser um empreendedor. 57% deles se veem como futuros empregadores.

9. Mas como, num cenário de total instabilidade, essa expectativa pode ser possível? Estamos vivendo uma fase de total bombardeio seja no governo, nas mídias, na educação (como é o caso das escolas estaduais de SP, nas quais Dória quer implantar obrigatoriamente uma aula de “felicidade” que inclui aulas de planejamento e empreendedorismo) do discurso meritocrático: é o caso de Rick Chester, que vendia água na rua e passou a palestrar em Harvard e de Bettina que, com 22 anos, já tem 1 milhão de reais. Esses, entre tantos exemplos menos expressivos, fazem coro a essa ideia de que basta trabalhar bastante e você alcançará aquilo que você deseja.

10. Enquanto não alcança o sucesso, o filho da classe trabalhadora tem trabalhado naquilo que lhe resta de opções nesse cenário. A maioria são empregos altamente precarizados e disfarçados de “cooperação social”. Essa tendência, que Tom Slee chama de uberização do trabalho, tem sido a opção que resta para muitos trabalhadores que até alguns anos atrás possuíam empregos estáveis. Os novos aplicativos de uberização, são os meios pelos quais a juventude encontra uma alternativa ao sustendo da família e à própria sobrevivência. A saber, o UberEats, o Rappi e o iFood – aplicativos de entrega de comida. Estes aplicativos têm obrigado os jovens a forjarem uma nova modalidade de entrega devido ao baixo poder aquisitivo desta categoria de possuir motos: os bikeboys. Destes trabalhadores, 75% são jovens de 18 a 27 anos de idade que realizam em torno de 10 entregas de bicicleta por dia, nas grandes metrópoles como São Paulo, para ganhar entre R\$ 1,50 a R\$ 5,00 por cada entrega. As jornadas de trabalho extrapolam as 12 horas diárias. Os nossos jovens acabam arcando com

todo o risco destes “empreendimentos” enquanto as grandes empresas de aplicativos lucram com a exploração desta força de trabalho.

11. É nessa mesma esteira que vem o discurso que justifica as contra-reformas trabalhista e da previdência, ambas altamente prejudiciais à juventude: a já aprovada reforma trabalhista justificada pela máxima “é muito difícil ser patrão no Brasil” encontra facilmente eco entre aqueles que acreditam que um dia podem vir a ser patrões. É preciso dialogar com a juventude trabalhadora no sentido de desmascarar a farsa do discurso neoliberal/meritocrático, sobretudo num país desigual como o Brasil.

12. Outro fator intensificado pela reforma trabalhista e que terá grandes consequências para a classe trabalhadora e a sua organização é a chamada pejetização do trabalho. A possibilidade de cada empregado ser contratado como empresa através do MEI não só enfraquece diretamente os sindicatos, uma vez que a entidade perde capacidade de representação dos trabalhadores de uma determinada categoria/empresa, já que agora cada um deles é uma empresa, mas também os trabalhadores entre si acabam rompendo com os laços de solidariedade e veem uns aos outros como competidores.

13. Esse discurso individualista pode ser encontrado inclusive dentro das pautas de combate às opressões. É preciso perceber com atenção o fenômeno de apropriação e distorção por parte da direita, mesmo aquela que se diz conservadora, das pautas reivindicadas pelas chamadas minorias culturais: não podemos ignorar que figuras como Fernando Holiday, Hélio Bolsonaro, Damares Alves e, mais recentemente, Ysani Kalapalo tem sido figuras utilizadas pelo governo para deslegitimar construções históricas dos movimentos sociais.

14. Cada vez mais se impõe como desafio para os militantes da esquerda aprofundar o debate do combate às opressões para estabelecer diálogos mais aprofundados com a sociedade em geral a cerca de temas como “representatividade” e “lugar de fala”, de modo que não mais possam ser distorcidos pela direita e utilizados contra os movimentos sociais.

15. Enquanto alguns se perdem entre valores inalcançáveis à maioria da população, a desigualdade promove, mesmo entre estes, um processo cada vez mais acelerado de aumento da violência e da favelização. Atendendo à lógica da indústria armamentista

que financiou a campanha da ultradireita e se apresentando como solução rápida e fácil para a violência, o extermínio em massa de “bandidos” (que quer dizer, quase na totalidade, pessoas negras e pobres) vem avançando a passos largos: No RJ, estado de onde veio o presidente da República e que elegeu talvez o maior representante do discurso fascista no país – Wilson Witzel – como seu representante, matou, até o mês de julho de 2019, 881 pessoas. Todas as mortes em territórios periféricos, porém nenhum em áreas ocupadas pela milícia.

16. Predomina cada vez mais a lógica de guerra declarada contra os trabalhadores: helicópteros sobrevoam as áreas mais pobres da cidade e tem permissão para abrir fogo em qualquer hora do dia e da noite. Intensificam-se as incursões e os tiroteios policiais em horários de saída e retorno do trabalho/escola. Tudo isso justificado por uma guerra às drogas, filha do discurso conservador e, supostamente, a principal responsável pela escalada da violência. Enquanto isso nossos jovens negros, rotulados como bandidos, seguem sendo assassinados a cada 23 minutos.

17. Além do genocídio intensificado à juventude negra, outros setores da juventude também sofrem com o avanço do neoliberalismo. É o caso da juventude rural, que cada vez mais se depara com a inserção do agronegócio no campo, ameaçando sua permanência no campo e a continuidade da agricultura familiar. O reflexo disso, na maioria das vezes, é o êxodo seletivo – migração de jovens mulheres rurais à cidade, o que resulta em uma masculinização do campo.

18. Nesse quadro, a juventude trabalhadora brasileira passa por enormes desafios, ao mesmo tempo em que é apaziguada pela hegemonia neoliberal. A reforma da previdência, por exemplo, foi aprovada com pouca mobilização juvenil, o que é reflexo da falta de envolvimento político dos jovens brasileiros somado com o fatalismo neoliberal. Muitos jovens trabalhadores que receberam seu financiamento universitário através do FIES também sofrem com a falta de perspectiva de emprego para quitação das dívidas – fato que a direita tenta colocar na conta do Partido dos Trabalhadores.

19. Somente disputando a consciência da juventude trabalhadora, conseguiremos aglutinar esse setor da sociedade para a construção de outro projeto de sociedade. Para isso, é importante a inserção da juventude do PT em seus locais de trabalho, moradia e também nas mídias digitais. Hoje, 78% dos jovens brasileiros utilizam smartphones,

dispositivos em que há uma grande difusão de conteúdo com ideologia neoliberal. Um exemplo desses é o MBL, que ganhou repercussão a partir das manifestações de 2013 através das redes sociais e hoje possui parlamentares que falam em nome de uma juventude “conservadora nos costumes e liberal na economia”.

20. Apesar da importância de disputar a consciência da juventude através das redes sociais, não podemos esquecer da disputa política na vida real. Para retomar a legitimidade, o Partido dos Trabalhadores precisa estar no dia a dia da juventude trabalhadora, através de núcleos de base, associações de juventude, etc. Precisamos, mais do que nunca, aglutinar jovens através da presença no dia a dia, da promoção de espaços culturais e ouvindo suas realidades e demandas, principalmente através de seus locais de moradia.

21. Nesse sentido, é preciso canalizar a indignação da juventude trabalhadora e transformá-la em ação coletiva. Cada vez mais é aumentado o número de jovens que possui transtornos psicológicos, além do aumento nas taxas de suicídio em jovens pelo mundo inteiro. O crescimento no número de enfermidades psicológicas e físicas na juventude está intrinsicamente ligado às suas condições de trabalho, à falta de estabilidade e à falta de perspectiva sobre o futuro. É preciso transformar esse descontentamento individual em descontentamento coletivo, que seja calcado na luta pela construção de outra sociedade.

22. A jornada de trabalho extensa, as atividades de alta exploração física, a presença relevante de jovens em condições análogas à escravidão e a alta sazonalidade, informalidade e precarização são as marcas mais atroz do trabalho dos jovens. Com a destruição das leis trabalhistas, a formalização do trabalho informal e o desemprego estrutural, essas marcas vem se aprofundando e são os jovens trabalhadores brasileiros os mais afetados pela desenfreada precarização do trabalho em curso. A agenda golpista – tocada por uma ampla coalisão entre os militares, as milícias e o grande capital – é a responsável hoje por 13,1 milhões de desempregados, nos quais cerca de 50% tem idade de 14 a 29 anos.

23. Somado a isto, 23% da juventude hoje encontra-se sem ocupação de estudo e de trabalho, sendo estes em sua maioria mulheres e negros. Aqueles que estão em postos de trabalho estão submetidos aos desastrosos efeitos da reforma trabalhista,

isto é, os efeitos da sazonalidade, da informalidade e da precarização presente principalmente em call centers.

24. Além disto, a nova jornada de trabalho em tempo intermitente transforma o trabalhador cada vez mais em súdito do patrão como mão-de-obra barata, deixando todo o seu tempo à mercê das oscilações da sazonalidade do mercado e recebendo apenas pelas horas efetivamente trabalhadas. Com a ausência de uma jornada de trabalho fixa, o salário mínimo pode ser pago somente quando as horas mínimas, que deveriam ser mensais, forem computadas. Diante disso, cabe à juventude viver de vários bicos para conseguir acumular o mínimo necessário à sobrevivência.

25. Quando olhamos para a divisão sexual do trabalho relacionada ao aprofundamento do trabalho em tempo parcial, a tendência é que as mulheres trabalhadoras estejam ocupando sumariamente estes postos, dada a dupla jornada de trabalho, e sejam cada vez mais exploradas.

26. A tendência posta é que a crise se agrave cada vez mais e que a exploração do trabalho se intensifique em seus níveis de precarização. O desmonte dos direitos previdenciários, da saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade com a aprovação da PEC do Fim do Mundo, atual Emenda Constitucional de número 95, representam ataques frontais aos direitos conquistados e apontam diretamente para a piora substancial da qualidade de vida da juventude trabalhadora. Consequência disto será a miséria e diminuição da expectativa de vida do povo brasileiro. Sabemos que a guerra a ser travada contra o capital não será fácil. Entretanto, com a ausência de uma frente de juventude de massas, petista, militante e socialista, que cause impacto do ponto de vista real e se apresente como alternativa concreta de organização política e social para disputar essa juventude, os *think thanks*, as organizações proto-fascistas (MBL, Estudantes pela Liberdade), o neoliberalismo, as igrejas conservadoras e neopentecostais e os cantos de sereias levantados pela direita continuarão conseguindo êxito nesta disputa.

27. Nos governos do PT, conseguimos obter várias conquistas no que diz respeito à permanência da juventude rural no campo, desde a implementação de políticas públicas contidas no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o incentivo à

participação e organização, bem como o acesso ao crédito e financiamento de arranjos produtivos ligados à juventude e mulheres do campo. Em que pese as contradições entre essas políticas públicas e as políticas de concessão ao capital a partir do financiamento e priorização do agronegócio, os avanços foram notórios.

28. Com o golpe de 2016, o governo Temer inicia o desmonte das políticas destinadas à agricultura familiar, com o fechamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, a paralisação das políticas de reforma agrária, de educação do campo e de combate ao êxodo da juventude camponesa, o que vem se aprofundando de forma violenta e criminoso pelo atual governo Bolsonaro. O deslocamento da FUNAI e da Fundação Palmares para o Ministério dos Direitos Humanos, retirando-lhes autonomia, bem como a vinculação do Incra ao Ministério da Agricultura, demonstram que o atual projeto em curso privilegia o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa e familiar, bem como desrespeita as identidades dos povos tradicionais indígenas e quilombolas.

29. A falta de acesso ao crédito, à comercialização da produção, à saúde, à educação do campo, ao esporte, ao lazer e à cultura, associada ao império de expansão do agronegócio, acabam atenuando a dicotomia entre campo e cidade. Além de todo esse cenário, as reformas neoliberais atacam frontalmente o trabalho e a melhora das condições de vida de nossa juventude. Os jovens se veem precarizados, seja no trabalho vinculado ao agronegócio, seja no setor urbano, pois, expulsos do campo e de seus territórios, obrigam-se a vender a sua força de trabalho e a migrar para a cidade, adentrando na sazonalidade, na informalidade e na exploração do trabalho aprofundada pela Reforma Trabalhista e pela Reforma da Previdência. A juventude petista deve fortalecer e estimular a luta da juventude rural a partir da sua organização nos movimentos sindical e populares de luta pela terra.

30. Nesse cenário, encontramos uma juventude que ainda não reconhece a organização da classe trabalhadora por meio do sindicato, seja porque está em espaços de trabalho informal que não permite sua organização nestas entidades de base, seja porque ainda há um distanciamento real destas entidades com juventude. É de fundamental importância que nestes tempos de guerra a nossa juventude organizada,

pela Juventude do PT, investiu esforços na disputa da classe por meio dos sindicatos, da CUT e forjando alternativas de associações para os jovens trabalhadores informais.

CONCEPÇÃO E JUVENTUDE DO PT

31. O Partido dos Trabalhadores possui um histórico de inserção social e organização na juventude brasileira. O partido foi construído por uma jovem geração da classe trabalhadora no desenvolvimento da luta política contra a ditadura, em defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo socialismo. Ao longo dos seus já quase 40 anos, o partido mantém uma força social e referência de luta e de sonhos para milhões de jovens trabalhadores no país. A militância petista na juventude também permanece como uma força relevante no movimento estudantil até os dias de hoje.

32. Assim, por um lado, o PT reúne potencial para mobilizar e encantar massivamente a juventude por um projeto democrático, popular e socialista no Brasil. Por outro lado, o partido ainda não logrou constituir uma organização de massas na juventude capaz de canalizar sua força social para atuar na luta de massas e no trabalho de base.

33. A experiência de construção da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT) a partir de 2007 contou com avanços e recuos nesse sentido. No período em que foi realizado o I Congresso da JPT, foi construída uma posição majoritária no partido em defesa da construção de uma JPT de massas e militante, superando o modelo setorial anterior. Passados já treze anos desde então, está nítido que este projeto não alcançou os objetivos estabelecidos.

34. A Juventude da Articulação de Esquerda, contribuiu na formulação sobre a concepção e o modelo organizativo da Juventude do PT. A síntese dessas formulações pode ser encontrada na resolução sobre concepção que apresentamos ao I ConJPT por meio da tese “Tô vendo uma esperança”. A resolução foi – em linhas gerais – incorporada às resoluções do congresso.

35. Entendíamos que a disputa no I ConJPT e posterior a ele se dava, em respeito à forma de organização da juventude, em três vertentes: a) os conservadores; b) os juventudistas; c) e os libertários.

36. Os primeiros defendiam a ideia de que a JPT deveria ser uma extensão do PT para a juventude a partir da ideia de ampliar as fileiras do partido e, em consequência, a força eleitoral. Tal concepção é calcada na ideia de tutela da juventude e carregada de estereótipos comportamentais, tais como: irreverência, vontade, disposição, aptidão pela diversão, vigor físico, beleza, rebeldia, inquietude, impaciência, espontaneidade, inexperiência, irresponsabilidade, imaturidade. Já o juventudismo que, apesar de compreender os jovens como sujeitos políticos, só os percebem em duas oportunidades, quais sejam: exclusivamente entre os jovens – não havendo a possibilidade de intervenção em outros espaços de maior hierarquia e poder – e para o conjunto do partido apenas futuramente, uma vez que, enquanto permanecerem jovens estão inevitavelmente vinculados a posturas (irresponsáveis, desorganizados, descompromissados, atrasados, etc.) que supostamente os impediriam de cumprir com o papel político que os espaços de decisão demandariam. A vertente libertária – a que nós defendemos – que compreende o jovem como um sujeito político capaz de contribuir para as tomadas de decisão. O compreende enquanto responsável por romper com a opressão geracional e busca novas formas de relação política que não reproduzem as relações de hierarquia e poder da sociedade capitalista.

37. Apesar dos avanços que tivemos no I Congresso da JPT, como a afirmação do novo modelo organizativo, ficou evidenciado que a direção que assumiu após o congresso não possuía compromisso com a implementação deste novo modelo. Pelo contrário, até porque, a mudança do modelo setorial para o modelo de juventude de massas - como um braço partidário de massas - exigia um processo de transição que requeria do conjunto do PT um esforço para discutir o que fora aprovado no III Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores.

38. Além disso, era necessária uma direção que tivesse buscado enraizar a juventude do partido, organizando os núcleos petistas e capilarizando a Juventude do PT nos espaços de trabalho, estudo e moradia. No entanto, em grande medida, o que ocorreu foi o contrário. Soma-se a isso a insistência na estratégia derrotada da conciliação de

classes por parte dos setores majoritários, não incorporou e nem incorpora a necessidade de uma JPT de massas. Como derivação disto, chegamos a um ponto em que a defesa de uma JPT de massas se tornou posição minoritária no partido, levando cada vez mais as tendências e agrupamento a atuarem na autoconstrução de coletivos próprios, relegando a JPT a ser na prática algo parecido com um “fórum” de forças políticas diversas e não uma organização de massas.

39. Vários motivos podem ser citados para explicar a desarticulação da JPT: a) a insistência do grupo majoritário na estratégia de conciliação de classes e centro na luta institucional que secundariza a luta de massas; b) a conduta de “partido dentro do partido” por parte das direções da CNB, tendência majoritária no partido e na juventude; c) a paulatina opção de outros setores do partido em priorizar sua autoconstrução em coletivos próprios de juventude em detrimento da JPT; d) o prevaecimento da lógica parlamentar que cria dificuldades na construção de unidade na atuação da juventude petista no trabalho de base; dentre outros. Prevalece na organização da juventude petista a dispersão, a lógica internista e a ausência de organismos de base.

40. Porém, seria um erro criar justificativas com base nas adversidades, pois o motivo de fundo para o desacomunado é a política adotada pela direção majoritária no partido e na JPT: a insistência na estratégia derrotada da conciliação de classes por parte dos setores atualmente majoritários não incorpora – para além de palavras ao vento – os amplos setores da juventude trabalhadora que buscam posições de luta e enfrentamento.

41. Em especial desde 2015, quando foi realizado o III Congresso da JPT – o qual não teve uma conclusão legitimada pelo conjunto da juventude petista -, o PT vive um processo acelerado de desacomunado na juventude. Certamente, devemos nos atentar ao cenário geral do país que permeou esse processo: a) o acirramento da crise econômica e social que atinge em cheio a juventude trabalhadora; b) o distanciamento de parte da base social, em especial no período da política de ajuste fiscal de Levy; c) as duras lutas travadas pela esquerda política e social contra o golpe, a prisão de Lula e na eleição de 2018; d) a queda geral de participação de jovens nos partidos políticos.

42. Na prática, enquanto o país passa por um momento de acirramento da luta de classes e crescimento da polarização, a JPT não possui uma direção política. Nesse sentido, a prorrogação indefinida da realização do IV Congresso da JPT limitou significativamente a capacidade de a juventude petista agir para avaliar e superar suas fragilidades. O IV Congresso deveria ter sido realizado em 2017, foi adiado para 2018 e, por opção da maioria das tendências que atuam na juventude, não foi realizado em prol da realização do chamado Congresso Extraordinário da JPT, realizado em Curitiba.

43. O modelo de Congresso Extraordinário prescindiu da realização de etapas municipais e de possibilitar o debate real nas etapas estaduais – pois tinha como pressuposto a realização de uma “unidade” forçada, sem base no debate político. Ou seja, foi um congresso que não deu conta de forjar uma política para dirigir as lutas da juventude petista para o período histórico. Na prática, o Congresso Extraordinário expressou duas das grandes fragilidades da JPT: a luta fratricida, internista e despolitizada entre frações da própria CNB pela direção da JPT; e a falta de compromisso da maior parte das tendências – especialmente do campo que na época se auto-intitulava “Muda PT” – com a construção de uma JPT de massas.

44. Por estas razões, a tendência petista Articulação de Esquerda defendeu até o último recurso a realização do IV Congresso da JPT em 2018, mesmo que fosse necessário adequar o modelo do congresso para viabilizá-lo. Com esta posição derrotada, fizemos a opção por mobilizar etapas municipais onde fosse possível, participar das etapas estaduais e da etapa nacional, fazendo a crítica à condução do processo, mas mantendo nosso compromisso com a Juventude do PT.

45. Em âmbito nacional, após o Congresso Extraordinário, apesar de suas limitações, foi possível reconstituir um fórum nacional entre todos os setores petistas que atuam na juventude. Assim, algumas iniciativas pontuais foram viabilizadas nacionalmente, como o Seminário de Planejamento realizado no final de 2018 e o Encontro Nacional de Estudantes Petistas em 2019. Tem crescido a disposição de setores petistas em manter um diálogo e uma atuação mais próximos em âmbito

nacional, embora ainda não haja grandes consequências políticas para tais sinais. A direção nacional da JPT tem dificuldade em estabelecer um direcionamento político cotidiano para o conjunto da juventude petista.

46. Esta situação de mantém em grande medida, pois há uma desarticulação no geral das secretarias estaduais e municipais da JPT, fazendo com que a JPT não consiga desempenhar ações capilarizadas e direcionadas. A não realização do IV Congresso da JPT cobra suas consequências. Sem direções políticas fortalecidas, o trabalho de base fica diretamente prejudicado. Ou seja, para além das estruturas partidárias, esta é a grande debilidade da Juventude do PT hoje: a ausência de núcleos de base capazes de articular a atuação cotidiana da juventude petista nos locais de trabalho, de estudo e de moradia. Assim, uma grande força política e social – o petismo na juventude - fica latente. O fundamental para construir uma JPT de massas hoje, além de disputar os rumos do partido e da JPT como um todo, passa por superar esse cenário de dispersão e de organização real da militância da juventude petista.

47. Isto só será possível com uma decisão resoluta de priorizar o impulsionamento de uma JPT a partir de nossas próprias forças. A militância de juventude da tendência petista Articulação de Esquerda deve assumir esta tarefa. Ou seja, não devemos esperar que a tendência majoritária altere sua política ou que os demais setores do partido retomem uma posição de priorizar a construção da JPT. Devemos fazer uma ação simultânea: construir núcleos de base da JPT conduzidos pela linha política que defendemos ao passo que fortalecemos a luta interna no partido por uma nova estratégia e pela construção de uma JPT de massas. Devemos demonstrar na prática que é possível construir uma JPT de massas, militante, democrática e socialista.

48. Assim, devemos estabelecer um plano de trabalho concreto para a organização de núcleos da JPT identificados com a defesa de uma estratégia democrática, popular e socialista e de um PT radical e de luta. Os núcleos da JPT que organizaremos devem ter como eixos gerais de atuação: a formação política, a integração e a ação direta. Por ação direta compreendemos a organização de nossa atuação nos locais de militância, desde o debate sobre a política e a melhor tática de atuação coletiva até a distribuição de panfletos, colagem de cartazes, comícios relâmpagos, abaixo-assinados, manifestações, abordagem nas ruas. Por integração compreendemos shows, rodas de

viola, saraus, peças teatrais, recitais de poesias, mostras de grafite, pinturas e artes plásticas, oficinas variadas, exibição de filmes, campeonatos esportivos, gincanas, etc. Por formação política compreendemos leitura de textos, bate-papos sobre assuntos específicos, depoimentos de militantes históricos, realização de cursos, seminários e colóquios, organização de bibliotecas e videotecas, etc.

49. Defendemos uma nova estratégia partidária para o PT aliada a uma revolução organizativa neste 7º Congresso do Partido dos Trabalhadores. O processo de construção e disputa da JPT também requer o mesmo: a derrota da estratégia política do grupo majoritário e a edificação de uma Juventude do PT que passe não só pelo fortalecimento das nossas instâncias, mas que priorize a sua construção como estratégica para o projeto democrático, popular e socialista. Para tanto, é essencial pensar uma política própria de finanças militante; uma política de massas de comunicação que seja informativa e também formativa; uma política nacionalizada de formação que promova a capacitação constante dos jovens dirigentes e da militância de base; e a construção dos núcleos da juventude petista que consigam se constituir em torno da ação direta, integração e formação política.

Concepção da Juventude da AE

50. Considerando o nosso patamar organizativo atual e as discussões que rondam a tendência acerca da concepção e organização de juventude adotada pela Articulação de Esquerda, reiteramos o que outrora já foi decidido pelo conjunto da tendência: a JAE é a organização da juventude de uma tendência petista, a AE.

51. É militante da JAE quem obedece aos critérios para ser militante da AE. A saber: ser filiado/a ao Partido dos Trabalhadores; participar de maneira permanente de algum organismo da tendência; pagar a anuidade; ter até 29 anos; e respeitar as deliberações aprovadas democraticamente. A última vez em que os jovens da tendência petista Articulação de Esquerda elaboraram, em conferência de juventude, sobre a concepção da Juventude da AE foi em 2016 na nossa X Conferência Nacional. Sobre isto vale resgatar:

“A Juventude da Articulação de Esquerda é um setorial da tendência petista Articulação de Esquerda. Este setorial elabora a política e organiza a militância das e dos jovens da Articulação de Esquerda. A JAE contribui, portanto, para a construção e organização do petismo na juventude, uma juventude petista, militante e socialista, que se constitua em força dirigente na juventude trabalhadora brasileira, orientada pela estratégia democrática, popular e socialista”.

52. A Juventude da Articulação de Esquerda, portanto, não é um movimento, não é um para-partido, não é um partido estudantil, tampouco é uma juventude fantasia e apartada do Partido dos Trabalhadores. A Juventude da AE é uma juventude petista. A nossa referência é o programa e a linha política do Partido dos Trabalhadores. A Juventude da AE não vislumbra a construção de coletivos de juventude que se estabelecem como ponte intermediária entre o partido e a juventude desorganizada para a renovação geracional do partido e para a ampliação da nossa incidência social. A JAE continuará travando a disputa ideológica pelo petismo na juventude trabalhadora.

53. Atualmente, todas as juventudes de tendências que estão no Partido dos Trabalhadores – com exceção da AE – vêm estabelecendo suas ações, em especial no movimento estudantil, através de coletivos. Entendemos que este modelo contribui para diferentes problemáticas, dentre elas: a) criminalização dos partidos políticos e em especial do PT, uma vez que se sustenta na ideia de que ser do PT afasta; b) o entendimento do jovem como imaturo e inexperiente, que não tem maturidade para tomar uma decisão política de filiar-se a um partido; c) e o esvaziamento da Juventude do PT por motivos claros: estes “coletivos” vêm se colocando como alternativa de organização à JPT.

54. Diferente do que propõe boa parte das juventudes de outras tendências, a juventude da AE acredita na JPT como nossa frente de massas, avaliando que a construção de coletivos apenas contribuem para fragmentar e desarticular a juventude do PT. Por isso, seguiremos defendendo e disputando a JPT para que ela se consolide enquanto uma potente frente de massas, alinhada aos interesses do Partido dos Trabalhadores e aglutinando jovens de todo o país que defendem o socialismo.

55. Assim sendo, é importante que a JAE desenvolva uma política de massas, enquanto juventude petista, no movimento estudantil, no movimento sindical e em outras frentes com a finalidade de ganhar musculatura para dirigir a Juventude do PT, para que ela tenha condições de organizar enormes contingentes da juventude da classe trabalhadora. Nesse sentido, a JPT sempre foi e continua sendo estratégica para nós.

56. O modelo de renovação geracional e de ampliação da nossa influência na juventude não deve cair no carreirismo, mecanismo pelo qual norteia o PCdoB/UJS e tem guiado a política do setor majoritário do PT na juventude. Esse mecanismo de profissionalização de quadros de juventude no partido, no movimento, em governos e mandatos, sem passar pela produção, é um mecanismo que facilita a degeneração política. O nosso trabalho de juventude deve ter ênfase na transformação de nossos militantes juvenis em trabalhadores inseridos na produção. Vejamos o que diz o regimento da Articulação de Esquerda sobre isto:

“A AE considera fundamental que a maioria de nossa militância esteja vinculada à produção e não recebendo salário para exercer atividade política. Defendemos a necessidade de dirigentes profissionalizados e combatemos o “basismo”. Mas consideramos que a composição social tem um peso importante nos rumos de uma organização. E queremos evitar os riscos tanto da domesticação burocrática quanto do esquerdismo proveniente da falta de enraizamento junto à classe trabalhadora real. Por isto a AE estimula os dirigentes partidários, os dirigentes de movimentos sociais, os parlamentares e executivos a não fazer da atividade política remunerada uma “profissão”. Queremos “revolucionários profissionais”, não “políticos profissionais”. Pelos mesmos motivos, estimulamos a juventude da tendência a concluir sua formação e iniciar tão logo possível uma vida profissional, até porque isto é fundamental para ampliar nossa influência junto à classe trabalhadora assalariada”.

Organização

57. Sendo o nosso objetivo dirigir a JPT e, a partir disto, dirigir a juventude da classe trabalhadora, temos claro que organizamos a AE na medida em que construímos a Juventude do PT. Esse é um processo integrado e articulado. Para que possamos obter êxito no nosso objetivo, temos um modelo de organização dirigente.

58. A Conferência Nacional da JAE é o nosso espaço máximo de debate, formulação e deliberação. As conferências, em suas etapas nacional, estaduais e municipais, elegem as Coordenações da JAE. Todas as instâncias têm autonomia política e organizativa, respeitadas as resoluções das instâncias gerais (Congressos e DNAE, DEAEs e DMAEs) da tendência. As resoluções das conferências da JAE e as indicações da JAE para as entidades de massa devem ser homologadas pelas respectivas direções.

59. As coordenações da JAE, em qualquer nível, podem convocar plenárias de militantes. As deliberações de uma plenária têm caráter consultivo e precisam ser homologadas pela respectiva direção.

60. Prezamos pelo funcionamento das nossas instâncias, que foram eleitas para formular politicamente e dirigir o conjunto da nossa juventude. Portanto, as nossas instâncias precisam ser respeitadas. Os grupos de trabalho e plenárias são de caráter consultivos e precisam encaminhar suas proposições para a aprovação da instância adequadas. Os grupos de trabalho estão submetidos às coordenações da JAE.

61. As instâncias da JAE devem investir em formação política constante para a militância para que possamos dar conta não só da transição geracional e da garantia do acúmulo político construído, mas porque enxergamos o jovem como ator político do presente e não como uma extensão partidária de caráter tarefeiro, e que serve somente para agitação e propaganda como é o caso de outras organizações políticas de jovens.

62. A política de formação é fundamental e, portanto, deve ser enraizada em todos os estados e municípios, de modo a garantir formação de militantes à altura das exigências da intensa luta de classes e da transitoriedade da juventude. Para isso, é necessário que a juventude organize espaços de formação política em âmbito nacional, estadual e municipal, que envolvam militantes além das coordenações e que estejam sob responsabilidade de um ou mais membros da coordenação em cada instância.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

63. Os governos do Partido dos Trabalhadores foram responsáveis pela implementação de políticas que democratizaram o acesso à educação pública para milhares de jovens brasileiros. Seja através do ProUni, do Reuni ou do Fies, inúmeros foram os filhos e filhas da classe trabalhadora que passaram a acessar o ensino superior público, as escolas técnicas e institutos federais. Apesar disso, cerca de 80% dos jovens brasileiros ainda estão fora do ensino superior, o que demonstra que, apesar da expansão e democratização da educação, no que diz respeito ao ensino superior, boa parte da juventude segue fora das universidades.

64. As políticas de expansão da educação fizeram com que aumentasse o número de jovens nas universidades, sejam elas públicas, privadas ou nos institutos federais. Apesar do aumento de jovens em instituições de ensino, o que observamos no movimento estudantil nos últimos anos é paradoxalmente desproporcional a esse aumento: tanto a UNE, quanto a UBES e outras entidades movimento estudantil perderam protagonismo na condução de grandes mobilizações pelo país, reduzindo seu lastro no movimento estudantil da base.

65. Desde o golpe de 2016, a educação tem sido uma das áreas mais afetadas com as medidas de sucateamento e privatização. Em 2016, diversas universidades foram ocupadas por todo o país contra a PEC 55, hoje implementada como Emenda Constitucional 95, que congela investimentos para saúde, educação e seguridade social por 20 anos. Atualmente, as universidades e institutos federais já sentem os impactos da EC 95, que se somam aos cortes implementados pelo governo Bolsonaro e à ameaça que representa o programa Future-se.

66. O sucateamento das universidades, resultante do projeto neoliberal em curso no Brasil atualmente, tem como principal objetivo mercantilizar a educação brasileira e colocar os filhos e filhas da classe trabalhadora para fora da universidade. Se nos últimos anos pudemos observar uma mudança de perfil nos estudantes brasileiros, através de políticas como as ações afirmativas, a expansão de vagas e a oferta de bolsas para estudantes baixa-renda, esse contexto se fragiliza com a implementação de medidas que visam privatizar a educação.

67. Em especial o programa Future-se, apresentado pelo Ministério da Educação em agosto desse ano, tem o intuito de transformar as universidades brasileiras em instituições administradas por empresas. O principal objetivo do projeto é apresentar uma “solução” à falta de investimento público, fazendo com que as universidades tenham que financiar sua pesquisa, seu ensino e sua extensão a partir de investimento proveniente de Organizações Sociais. Na

prática, isso significa a retirada da autonomia financeira e também da autonomia didático-pedagógica dessas instituições, que deverão funcionar de acordo com os desejos das OS's.

68. A assistência estudantil, importante eixo que garante a permanência de milhares de estudantes nas universidades, é mencionada somente uma vez na última versão do Programa. A proposta é que os recursos obtidos através do Fundo Soberano criado pelo Future-se - que servirá como uma ponte entre a universidade e o capital financeiro - possam ser alocados em ações vinculadas à assistência estudantil, “desde que vinculadas ao empreendedorismo e à inovação tecnológica”. Na prática, a assistência estudantil deixa de ser tratada como direito e passa a ser tratada como uma recompensa, através da “contrapartida trabalho”.

69. Além das universidades e institutos federais, é necessário também que tenhamos um olhar atento à educação básica: tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental, diversas são as medidas que contribuem para a precarização do ensino. Uma delas, que tem ocorrido em vários estados pelo país, é a militarização das escolas, projeto apoiado e sustentado pelo presidente da república. Outra questão que interfere na qualidade do ensino básico é a reforma do ensino médio, implementada em 2017 e que tem como principal objetivo transformar o ensino escolar em algo estritamente tecnicista, alheio a qualquer pensamento crítico – que se potencializa com a implementação do projeto Escola Sem Partido, hoje em trâmite na Câmara, mas que vem sendo aprovado localmente em diversos municípios do país.

70. Desde o início do ano, como reflexo dos cortes e ataques à educação brasileira, temos observado mobilizações estudantis muito relevantes contra os cortes e contra o desmonte da educação pública brasileira. Essas mobilizações têm feito com que as entidades estudantis, como a UNE, a UBES e as UEEs (nos estados em que existem e são efetivamente construídas) ganhem visibilidade e consigam retomar certo protagonismo nas mobilizações convocadas. Sobre isso, é importante fazermos uma avaliação sincera: apesar da importância e do tamanho das primeiras mobilizações, em especial as do dia 15 e 30 de maio, boa parte dos atos convocados posteriormente, em especial os de agosto e setembro, foram muito menores e levaram muito menos estudantes às ruas. Esse imobilismo é reflexo da própria conjuntura da classe trabalhadora e do movimento estudantil, que hoje se apresentam em um contexto de defensiva, mas também de más escolhas feitas pela atual direção das entidades, dentre elas a de convocar atos sem a devida mobilização e capilaridade.

O PT e a AE no Movimento Estudantil

71. Nossa militância no movimento estudantil sempre possuiu uma importante construção alinhada aos interesses da classe trabalhadora e dos movimentos populares. Nossa prioridade para o movimento estudantil deve ser a organização da juventude trabalhadora, bem como

aqueles estudantes que são frutos das políticas de democratização da educação e frequentam universidades no interior.

72. Para garantir a interiorização do movimento estudantil e sua construção na base, devemos direcionar nossos esforços à construção de diretórios e centros acadêmicos, às executivas de curso, grêmios estudantis e a construção das entidades representativas do movimento estudantil – bem como a participação em seus congressos, conselhos e fóruns. Além da construção das entidades do movimento estudantil, é importante, principalmente nessa conjuntura, a consolidação de núcleos de estudantes petistas nas universidades. Os núcleos são importantes ferramentas de fortalecimento e organização da juventude petista, principalmente em uma conjuntura de ataques à educação concomitante aos ataques à esquerda.

73. Organizar a juventude trabalhadora, os estudantes de universidades privadas, as mulheres e mães estudantes, os LGBTs, os estudantes negros, indígenas e outros grupos passa não apenas pela disputa e construção do movimento estudantil, mas também pela construção de um projeto popular de universidade. No ano de 2017 completamos 100 anos do Manifesto de Córdoba, importante marco do movimento estudantil latino-americano por uma reforma universitária que tivesse como principal eixo a autonomia universitária, além da construção de um projeto popular de universidade. Mais de um século depois, a ofensiva da direita e do mercado financeiro sobre as universidades apenas reforça a necessidade de luta por outro modelo de educação, uma educação que seja uma potente ferramenta na transformação de indivíduos em sujeitos e no desenvolvimento do país visando o fim da desigualdade social. Portanto, para investir na construção de outro projeto para a educação brasileira, devemos investir na construção de núcleos de base nas universidades e escolas que contribuam para a auto-organização dos estudantes na disputa dos rumos da educação.

A UNE, a UBES e as entidades do movimento estudantil

74. O processo de construção da Articulação de Esquerda no movimento estudantil sofreu uma desconcertante ruptura no Congresso da UNE de 2017, com o fim do Campo Popular. Anterior a isso, vínhamos tendo uma construção exitosa junto a outras forças da Juventude do PT, além da Consulta Popular, na tentativa de consolidar uma alternativa de direção à União Nacional dos Estudantes. O Campo Popular, que surgiu formalmente no CONEB de 2013, aglutinava forças que compunham uma alternativa de direção para a entidade, diferente da Oposição de Esquerda, que mesmo com imensas divergências programáticas e estratégicas, mantém o que consideramos um campo de oposição por oposição.

75. Na cena do 55º Congresso, em 2017, as demais forças do Campo Popular, seja por pragmatismo e pela troca de cargos, seja pela instrumentalização da Frente Brasil Popular,

optaram por romper com o campo – com a justificativa de que ele continuaria existindo dentro do campo dirigido pela UJS, mudando “por dentro”. Nós, da AE, optamos por manter a nossa política e defendemos chapa sozinhos, diferente de todas as outras forças da JPT, que se deslocaram para a chapa da UJS – junto às outras forças da JPT que constroem esse campo há anos. Apesar da difícil decisão, que culminou em um distanciamento da JAE em relação às outras forças petistas que compõem a UNE, hoje a situação do conjunto de forças aliadas à UJS na entidade demonstra que fizemos o movimento correto ao optarmos pela construção de uma chapa própria.

76. No 57º Congresso da UNE, em julho de 2018, as forças da JPT em conjunto configuravam a segunda maior força partidária do congresso. Pudemos observar, também, um crescimento quantitativo da Oposição de Esquerda e divergências internas no campo majoritário. A fusão do PPL com o PCdoB culminou na inserção do coletivo Mutirão (JPL) também no campo majoritário, sendo hoje uma força que caminha junto da UJS. Além disso, inúmeras forças que há anos não mais disputavam a UNE voltaram para a entidade e participaram do Congresso, como é o caso do PSTU. Esse processo demonstrou a capacidade da União Nacional dos Estudantes de se manter como uma importante entidade, que aglutina praticamente toda a esquerda brasileira, e segue sendo a maior entidade representativa dos estudantes do país.

77. Como em outros anos, a nossa prioridade de composição para o Congresso da UNE foi a construção de uma chapa da juventude do PT, que não foi concretizada, pois o restante das forças da JPT optou por permanecer no campo majoritário. Uma questão importante de ser pontuada é que, passado o Congresso e o resultado das votações, a JPT perdeu espaço na direção da entidade: pela primeira vez em muitos anos, nenhum membro da JPT foi eleito na mesa diretora – o que, anteriormente, se materializava através da vice-presidência e, na última gestão, através da secretarial geral. A escolha política de permanecer na chapa com a UJS em vez de construir uma chapa da JPT fez com que perdêssemos espaço dentro da entidade, que agora tem sua diretoria composta pela UJS (presidência), Levante Popular da Juventude (vice-presidência) e PCR (secretaria geral). Apesar disso, criou-se uma forma de “contemplar” a JPT na mesa diretora: a 1ª vice-presidência foi incorporada à mesa diretora, sendo representada pela DS.

78. Os últimos acontecimentos na UNE, a incorporação do PPL ao PCdoB e o distanciamento deste último das pautas que guiam a juventude petista - como a luta pela liberdade de Lula - demonstram a fragilidade do atual bloco que dirige a UNE, que hoje não possui uma convergência programática. Apesar disso, o pragmatismo e a concessão de cargos seguem sendo diferenciais na hora da composição das chapas, que faz com que o campo majoritário siga

existindo não apenas na UNE, mas também nas entidades gerais e de base - cada vez com mais fissuras internas.

79. Nossos esforços para a UNE devem seguir sendo a construção de um campo de oposição petista, tendo em vista a retomada da entidade para a luta dos estudantes e da classe trabalhadora, a partir de uma nova estratégia para a entidade. A UNE tem uma importância histórica nas lutas do nosso país, que deve perpassar a luta em defesa da educação e incidir também em outras questões importantes da política brasileira, como a luta por soberania nacional, pelas reformas estruturais e por outro modelo de sociedade.

80. A criação de uma alternativa de direção petista à UNE deve ser pauta de discussões na juventude do PT, que hoje se encontra também fragilizada pela fragmentação e auto-construção das diversas tendências. Para isso, é importante que a Juventude da Articulação de Esquerda encabece esse debate no 4º Congresso da JPT, que poderá ser realizado em 2020. No Congresso, devemos incidir politicamente, apresentando uma resolução que determine a construção conjunta da JPT na UNE, na UBES e no movimento estudantil num geral.

81. A UBES, entidade representativa dos estudantes secundaristas brasileiros, também passa por uma conjuntura semelhante à da UNE - resultado da mesma política que conduz ambas as entidades, há anos dirigidas pelo PCdoB. No caso da UBES, a situação é ainda mais grave: a capilaridade da entidade nos grêmios e escolas é muito pequena, fazendo com que a entidade sequer seja conhecida pela maioria dos estudantes secundaristas brasileiros. Um exemplo dessa falta de lastro foram as ocupações secundaristas de 2015, em que a UBES quase não teve inserção.

82. No que diz respeito à UBES, nossa atuação na entidade esteve fragilizada no último período, resultado de diversas questões, entre elas: 1) a falta de direção política no movimento estudantil secundarista 2) as dificuldades de renovação e transição dos nossos quadros secundaristas 3) as debilidades organizativas que nos condicionaram à falta de atenção ao ME secundarista;

83. Para a superação dos nossos problemas no movimento estudantil secundarista, é importante que a próxima Coordenação Nacional de Juventude da AE tenha atenção com a formação de nossos militantes secundaristas, investindo no trabalho de base, na inserção nas escolas e na articulação conjunta com os nossos militantes do campo da educação básica. Devemos organizar formações de grêmios estudantis, discutir a realidade da educação básica, travar uma luta contra a militarização das escolas e contribuir para que o movimento estudantil secundarista volte a ser um importante protagonista da conjuntura brasileira.

84. No que diz respeito à disputa da UBES, devemos também colocar esforços para a participação do CONUBES, que acontecerá em abril de 2020 e será um importante espaço para

definir os rumos do ME secundarista. Devemos, assim como na UNE, investir na construção de um campo de oposição petista, a ser pavimentado também no Congresso da JPT e no processo de tiragem de delegados. Durante o XVII CONEG da UBES, a JPT defendeu as teses de conjuntura e movimento estudantil em conjunto, demonstrando as divergências que também se expressam no ME secundarista no campo majoritário. Esse contexto reforça a necessidade de construção de uma alternativa petista na entidade.

85. Nesse sentido, a nossa disputa no movimento estudantil, tanto na UNE quanto na UBES, deve ter como objetivo central a construção de alternativas de direções petistas, rebeldes e consequentes para as entidades.

A estratégia de luta estudantil

86. Quem não disputa, é disputado. É a partir dessa premissa que não podemos vacilar: sendo um dos principais locais de atuação da nossa juventude, o movimento estudantil deve ser disputado na base e nas entidades gerais. É responsabilidade da nossa militância construir chapas que disputem DAs, CAs, DCEs, grêmios estudantis, visando não apenas vitórias, mas a movimentação militante e a exposição da nossa política para os estudantes de todo o Brasil.

87. No que diz respeito às nossas principais bandeiras de luta, segue sendo extremamente necessário a defesa de um movimento estudantil petista, que defenda o legado deixado por nossos governos na educação. Precisamos também de um ME que lute para avançar ainda mais na defesa da educação pública, da permanência e que coloque os estudantes na rua para defender os direitos da classe trabalhadora – além de incidir nos rumos da política brasileira e retomar a disputa por um projeto popular de sociedade.

88. Igualmente, devemos centrar nossos esforços na organização dos estudantes trabalhadores, os estudantes de universidades privadas, estaduais, a defesa da educação pública e da assistência estudantil. Com o aumento das desigualdades sociais, o número de estudantes que dependem da assistência estudantil aumenta, ao passo que os investimentos na área diminuem. O resultado dessa soma será a evasão de milhares de estudantes da classe trabalhadora, ou o condicionamento da juventude a subempregos precarizados na tentativa de permanecer na universidade.

89. Devemos, igualmente, contribuir para a formação de um núcleo dirigente nacional de movimento estudantil da JAE, que atue nacionalmente, mas principalmente nos seus estados, através das UEEs e outros espaços. É responsabilidade da Juventude da AE contribuir também para a realização de espaços que democratizem as discussões do movimento estudantil, como os Conselhos de Entidades Gerais e de Base, os Fóruns, além de incidir para que aconteçam a UNE e UBES Volantes, rodando o país em defesa da educação.

90. Torna-se, portanto, responsabilidade da CNJAE acompanhar e dar um olhar atencioso à nossa atuação no movimento estudantil secundarista e universitário, garantindo a rearticulação da nossa militância no ME e a nossa reconstrução nas principais entidades do movimento estudantil brasileiro.

BALANÇO E ORGANIZAÇÃO

91. Vivemos tempos de guerra. As classes dominantes tomaram a decisão de inviabilizar a esquerda brasileira como alternativa política. Para tanto, lançam mão do expediente golpista, da perseguição, da prisão e até mesmo da eliminação de indivíduos.

92. Nesse sentido, os desafios colocados para o Partido dos Trabalhadores são imensos e não é diferente para a Juventude do PT. Entretanto, embora desde o golpe de 2016 um grande número de jovens esteja participando das lutas e somando-se ao partido, há um desacumulo geral do partido na organização política de juventude.

93. Em grande medida, isto se deve aos equívocos de direção política do grupo atualmente majoritário no PT e na JPT – que expressam a manutenção da estratégia derrotada de conciliação de classes – e das limitações da esquerda partidária de construir e apresentar uma alternativa política que supere o atual cenário de dispersão e desorganização da juventude petista.

94. No que diz respeito a atuação e organização dos jovens militantes da tendência petista Articulação de Esquerda, o diagnóstico também é de desacumulo. Para compreendermos a situação, é importante realizar uma breve retomada do período histórico que vivemos desde a realização da XI Conferência Nacional de Juventude da AE.

95. A XI Conferência Nacional de Juventude da AE foi realizada em março de 2018 em Belo Horizonte (MG). O governo golpista de Michel Temer se encaminhava para seu momento derradeiro, já tendo realizado grandes ataques contra a classe trabalhadora, apesar das mobilizações populares realizadas, como a greve geral em 2017. Desenhava-se um maior acirramento da luta de classes, avançando a perseguição a Lula via processos fraudulentos da Operação Lava-Jato. Em abril de 2018, ocorreu a prisão política de Lula. A Juventude da AE esteve presente na mobilização contra a prisão do companheiro Lula, resistindo até as últimas consequências junto à militância petista.

96. Em meio ao turbilhão da conjuntura, travávamos o debate interno na Juventude do PT sobre a necessidade de realização do 4º Congresso Nacional da JPT para organizar a juventude petista para o enfrentamento político em curso, em especial para a

defesa da candidatura Lula à Presidência da República. Defendemos que, para estar à altura das lutas do período histórico, era necessário colocar em movimento e realizar um amplo debate político com a militância da juventude petista.

97. Contudo, devido à luta fratricida no interior da juventude da tendência majoritária na JPT, a CNB, e a opção dos demais setores da juventude petista de recuar da defesa do 4º Congresso, a posição defendida pela AE foi derrotada. Foi aprovada então a realização do Congresso Extraordinário da JPT, modelo no qual não houve debate político e nem eleição de delegados na base partidária, sendo conduzido como um grande acordo entre tendências. Sem dúvidas, um processo insuficiente para que a JPT pudesse acumular politicamente e dar passos para a organização de uma juventude petista militante e de massas.

98. A Juventude da Articulação de Esquerda participou de todas as etapas do Congresso Extraordinário da JPT, conforme a orientação política que mantivemos na XI Conferência Nacional de construção da Juventude do Partido dos Trabalhadores. Não nos abstermos, contudo, de apresentar as críticas ao processo e de defender a realização do 4º Congresso da JPT.

99. Até aquele momento, avaliamos que o conjunto da Juventude da Articulação de Esquerda conseguiu manter uma atuação e articulação política nacional, inclusive com funcionamento correto da Coordenação Nacional de Juventude da AE e alinhamento político da militância nos estados.

100. No período seguinte, a JAE cumpriu um papel importante na defesa da candidatura Lula à Presidência da República e na preparação das eleições gerais em 2018. Em julho, a CNJAE realizou um planejamento que deveria orientar a intervenção política da JAE nos dois anos subsequentes.

101. Porém, aberto o período de campanha eleitoral, tivemos uma tendência à dispersão da Coordenação Nacional de Juventude, o que teve implicações no conjunto da organização de juventude da AE. Tal tendência se agravou nos meses seguintes. Podemos elencar diversos fatores que causaram esse cenário:

- a) Ausência de uma transição de quadros adequada;
- b) Insuficiência da formulação política nacional de juventude que realizamos no período;
- c) Distanciamento e baixa capacidade de estudo acerca dos documentos e formulações políticas produzidos por nós no período passado;
- d) Falta de método e operacionalidade para se encaminhar as tarefas estabelecidas em planejamento;
- e) Surgimento de grupos paralelos às instâncias de juventude, que acabavam tomando decisões sem a devida formalidade, propiciando inclusive um ambiente em que debates e problemas manifestados pelos jovens da tendência

fossem discutidos fora das instâncias de juventude adequadas, gerando um clima de mal-estar e contribuindo para a dispersão;

f) Fragilidade do acompanhamento de juventude pela Direção Nacional no ano de 2018;

g) Acúmulo de tarefas nos estados dos quadros dirigentes nacionais de juventude;

102. Iniciado o ano de 2019, adentramos o período de preparação mais direta para o 57º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Em março, realizamos um Seminário Nacional de Movimento Estudantil da AE. Após isto, as fragilidades da CNJAE ficaram mais nítidas, o que gerou um conjunto de desencontros na condução política do congresso. De todo modo, a orientação política que adotamos de manter a defesa de um campo de oposição petista na UNE nos permitiu ter voz própria no congresso, culminando inclusive no deslocamento da tendência petista Esquerda Popular Socialista para uma chapa conjunta na plenária final.

103. Desde então, tem ocorrido um esforço para reaproximar a condução da política nacional de juventude da tendência junto à Direção Nacional da Articulação de Esquerda. Nesse processo e na formação de quadros dirigentes em diversos estados do país, estamos num processo de reconstituição de uma direção política nacional para a juventude da tendência.

104. Por fim, o balanço político do último período deve abranger também a situação da inserção real da militância da Juventude da Articulação de Esquerda, junto às lutas cotidianas da juventude trabalhadora nos bairros, nas escolas, nas universidades, nos locais de trabalho e todos os demais locais de vivência. Devemos colocar no centro da política de construção de juventude o trabalho de base para reconectar o Partido dos Trabalhadores com a juventude da classe trabalhadora no Brasil.

105. O distanciamento da formação política, a baixa comunicação entre as instâncias de juventude, o desacumulo em relação às nossas resoluções e formulações políticas foram motivos cruciais para chegarmos nesse momento de refluxo organizativo e de desvios políticos acerca da concepção de juventude.

106. Nesse meio tempo, o “juventudismo” também se tornou algo recorrente na tendência. Por juventudismo, compreendemos a prática política exercida através de um viés maniqueísta, criando um cenário em que se supõe a existência de um antagonismo entre os jovens e os velhos da tendência. Apesar de o etarismo e a opressão geracional serem algo presente na sociedade e, conseqüentemente, nas nossas organizações políticas, precisamos ter a maturidade política para superar estes problemas de uma forma que compreenda a juventude como parte integrante da tendência e que busca sua própria autonomia, não dependendo dos não-jovens ou os responsabilizando por quaisquer problemas referentes à juventude.

107. Entretanto, assim como entendemos que a Juventude da AE diz respeito ao conjunto da tendência, compreendemos que os problemas enfrentados hoje por nós são frutos, também, de um desacumulo mais amplo no último período.

108. Só seremos capazes de enfrentar os atuais desafios que passamos se compreendermos que estes dizem respeito ao conjunto da Articulação de Esquerda. Portanto, será necessário a retomada de um trabalho sistemático e articulado entre a nova Coordenação Nacional de Juventude e a Direção Nacional da AE que consigam dar conta das seguintes tarefas:

- a) Formação de um núcleo dirigente na Juventude da AE, capaz de retomar os trabalhos que desenvolvemos no período passado no movimento estudantil (entidades de base e gerais) e de organizar a nossa inserção na juventude trabalhadora por meio do movimento sindical;
- b) Retomada do acúmulo histórico acerca da organização e concepção da JAE a partir de documentos, teses, resoluções e formulações desenvolvidos pela juventude e pela tendência visando, sobretudo, diluir concepções desviantes dentro da nossa organização;

109. Para tanto, é essencial que a CNJAE consiga:

- a) fortalecer coordenações estaduais e municipais de juventude a partir de um acompanhamento real que garanta formação política e articulação;
- b) calendários de reuniões presenciais da CNJAE para discutir planejamento, tarefas, resoluções e formulação política;
- c) política financeira militante para as tarefas da juventude, que englobe rifas, contribuição militante, dentre outros mecanismos a serem elaborados;
- d) garantir módulos de formação política voltados para a compreensão da realidade da juventude trabalhadora para que tenhamos capacidade de formulação política e de dirigência nas frentes de massa em que estamos inseridos;

110. Assim, definimos as seguintes tarefas prioritárias para o próximo período na Juventude da AE:

- a) Nucleação da Juventude do PT nos locais de trabalho, estudo e moradia;
- b) Realização de um seminário nacional de movimento estudantil, que vise retomar nosso acúmulo e rearticular nossa militância no ME;
- c) Maior interlocução entre os estados e as instâncias nacionais no âmbito da juventude, possibilitando uma reorganização a nível nacional, mas que leve em conta e dê um olhar atencioso às realidades de cada região;
- d) Elaboração de materiais atualizados no âmbito da juventude, através da confecção de livros, cartilhas e conteúdos num geral. Além disso, é importante que haja a democratização desses materiais e das informações históricas referentes à juventude da tendência;

e) Maior atenção ao movimento secundarista, do qual desacumulamos no último período e é necessária a retomada;